

Docentes Lgbtqiap+ no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Da escuta necessária à Produção de Saberes

Lgbtqiap+ teachers in the context of Professional and Technological Education: From the necessary listening to the Production of Knowledge

Douriene Fraga Amorim Lopes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Jequié-Bahia

Mariana Fernandes dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
Eunápolis-Bahia

Resumo

Este artigo constitui um relato preliminar de pesquisa em desenvolvimento, iniciada no decorrer do ano 2022 com o objetivo de investigar sobre as questões de diversidade sexual e identidade de gênero, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando os olhares e percepções de docentes LGBTQIAP+, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA. Para isso, realizamos um levantamento da produção acadêmica que discute a temática, em periódicos geridos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Neste trabalho, apresentamos os resultados da etapa metodológica revisão de literatura, em que nos deparamos com o silenciamento da população docente LGBTQIAP+, nas discussões acadêmicas que envolvem as relações entre as identidades de gênero, sexualidades e educação profissional e tecnológica, o que nos indicia a necessidade da realização do estudo em questão, diante da lacuna existente, e ainda, de compreender as causas/motivos que materializam essa ausência.

Palavras-chave: Educação Profissional; Gênero; Sexualidades; Formação Integral.

Abstract

This article constitutes a preliminary report of research in development, initiated during the year 2022 with the objective of investigating the issues of sexual diversity and gender identity, in the context of Professional and Technological Education (EPT), considering the perspectives and perceptions of LGBTQIAP+ teachers from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia-IFBA. To do this, we carried out a survey of academic production that discusses the topic, in journals managed by the Federal Institutes of Education, Science and Technology. In this work, we present the results of the literature review methodological stage, in which we came across the silencing of the LGBTQIAP+ teaching population, in academic discussions that involve the relationships between gender identities, sexualities and professional and technological education, which indicates to us the need to carry out the study in question, given the existing gap, and also, to understand the causes/reasons that materialize this absence.

Keywords: Professional Education; Gender; Sexualities; Comprehensive Training.

Introdução

Este estudo situa-se no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que tem como objetivo fundamental - de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI 2004/2018) – o desenvolvimento integral do ser humano, construído por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade, assegurando o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade.

A opção por uma educação que promova a formação integral e omnilateral do sujeito, instiga a reflexão sobre os processos pedagógicos desenvolvidos no contexto da EPT, com vista ao desenvolvimento de uma prática contra-hegemônica de educação, contemplando as questões de gênero e de diversidade sexual.

Essa maneira de conceber o ser humano e o processo educativo, propostos pelos Institutos Federais de Educação Profissional, reflete uma dada concepção de mundo e compromisso político, que contribui para formação de sujeitos comprometidos politicamente com a construção de uma sociedade mais justa e engajada com o enfrentamento das questões das desigualdades que envolvem os diferentes marcadores sociais, como, gênero, sexualidades, raça, cor, geração, classe, entre outros.

Na escola, indivíduos que escapam da sequência heteronormativa e não conseguem ocultá-la, arriscam-se a serem postos à margem das preocupações centrais de uma educação supostamente para todos/as (Butler, 1999). Conseguimos perceber esse movimento quando falamos do/a aluno/a, no entanto, nos inquieta conhecer como essas relações acontecem quando se trata do/a docente LGBTQIAP+, motivo pelo qual realizamos um levantamento sobre as produções acadêmicas sobre o tema, como recurso para conhecimento e análise sistemática dessas vivências a partir das reflexões, tendo em vista que estudar e investigar a construção de seus percursos de vida, torna-se um exercício importante para que se possa compreender as relações que se estabelecem entre suas construções enquanto indivíduos e suas ações profissionais.

Normas, Controles e Silenciamentos: O Dito e o Não-Dito no Discurso sobre Sexualidades no Espaço Escolar

Há pouco tempo, as questões relacionadas à sexualidade e as relações de gênero se restringiam aos aspectos biológicos e de saúde, desprezando o debate acerca da diversidade.

Hoje, não podemos mais negligenciar nas discussões, o aprofundamento sobre a construção sócio-histórica das relações de gênero e de sexualidades no espaço escolar, que suscita dúvidas, conflitos e muitas possibilidades de reflexão sobre as posturas e sobre a formação dos sujeitos envolvidos nessa relação.

Para Louro (1997, p.58), a escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.

Esses mecanismos de vigilância e controle, fazem parte de um tipo de violência que se articula por meio das expectativas e significados que transmitem os espaços e as instituições. Na teoria panóptica de Foucault (1987, p.224), que se baseia em poder impor comportamentos em toda a população, com base na ideia de que estamos sendo observados, reflete que o fato dessa vigilância ser invisível, já que as pessoas observadas não podem determinar se estão sendo observadas ou não, torna o comportamento individual controlado, mesmo quando não é monitorado.

E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesmo invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo corpo social em um campo de percepção (Foucault, 1987, P. 237).

Esse modelo social faz o indivíduo autogerenciar seu comportamento, a fim de se manter dentro de um intervalo estabelecido como o correto pelo poder. Dessa maneira, precisamos refletir sobre qual modelo a escola tenta imprimir nos sujeitos a partir desses símbolos, do controle e da vigilância, e quais mensagens ela pretende reproduzir. Sendo necessário estarmos com os sentidos atentos para que sejamos capazes de ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. De igual modo, necessita-se entender que as mensagens estão em todos os lugares, nas regras, nas roupas, nos gestos, nas falas, no silêncio e nos olhares. Esses elementos “trabalham” juntos, fazem parte de uma estratégia para conformação dos corpos e da mente, formando um processo longo de aprendizados que contribuirão para a perpetuação de uma referência educacional e escolar marcada pelas desigualdades de gênero e de sexualidades, e, conseqüentemente, pelas discriminações e práticas LGBTfóbicas.

No espaço escolar, aprende-se a olhar, a falar, a calar, a sentar e a andar, culminando no que Louro (1997) chama de “corpo escolarizado” ou “identidades escolarizadas”, para ela, a escola continua imprimindo sua marca distintiva sobre os sujeitos, por meio de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes. (Louro,1997).

Junqueira observa que:

A escola tornou-se um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens: classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade fazem parte da cotidianidade escolar. Não são elementos intrusos e sorrateiros, que, além de terem entrada franca, agem como elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as (Junqueira, 2012).

A partir dessas práticas que fazem parte da rotina escolar, os sentidos são treinados, fazendo com que cada estudante conheça “o seu lugar” e o papel a desempenhar, dessa forma, a escola se configura como uma das instituições mais comprometidas com a produção dos corpos, por meio da disciplinarização, promovendo rotineiramente o reforço da sexualidade entendida como normal, a saber, a heterossexual. É evidente que ela não é a única responsável por esse processo, uma vez que outras instituições como a família, a igreja, e a mídia, também utilizam os discursos que contribuem para essa construção. Entretanto, entendemos que a escola tem um lugar privilegiado nesse processo, em que os corpos são profundamente marcados e produzidos pelo e no discurso escolar.

Ainda que a escola não traga em seu currículo, disciplinas, ou discursos a temática da diversidade sexual, ela está na escola, pois faz parte da constituição dos sujeitos não podendo ser deles separada. É importante salientar, que o padrão de normalidade que a instituição escolar propõe por meio de seus símbolos e significados, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais cis. Esse silenciamento da escola sobre as questões dos gêneros e das sexualidades dissidentes, tem uma intencionalidade, como observa Louro:

Tão ou mais importante do que escutar o que é dito pelos sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as (Louro, 1997).

Portanto, o silenciamento é uma garantia de manutenção da “norma”, possibilitando o ocultamento desses sujeitos, ao mesmo tempo em que os expõe aos insultos e

“brincadeiras”, ele também viabiliza sua exclusão. Outro aspecto observado pela autora, é que o silenciamento da escola, imputa a esses sujeitos o mesmo fenômeno, o do silenciamento, na medida em que tem seus desejos e maneira de se colocar no mundo questionados, considerados inapropriados para seu gênero, eles/as vão aprendendo a se esconder e silenciar (Louro, 1997).

Todo esse conjunto de normas, silenciamentos, padrões, são repetidos por diversos caminhos e por várias instituições. E de acordo com Bento (2011, p. 552): “A invisibilidade é um desses mecanismos, e quando ‘o outro’, ‘o estranho’, ‘o abjeto’, aparece no discurso é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo”.

Dessa forma, a escola concebida teoricamente como um lugar para o conhecimento, é, no tocante às sexualidades, um lugar de ocultamento, se configurando assim, um dos espaços mais difíceis para que alguém assuma qualquer orientação sexual ou performance de gênero que não seja a heteronormativa, afinal, como alerta Bento (2011), “cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco”.

Normas, Diferenças e Identidades nas Práticas Pedagógicas

Dagmar Meyer (2013) expõe que de variados modos, os estudos contemporâneos sobre o espaço escolar, as práticas pedagógicas que nele se desenvolvem, bem como os estudos que tem se envolvido com as pedagogias culturais tem mostrado como estamos, em nossa sociedade, sempre operando a partir de uma identidade que é a norma, que é aceita e legitimada e que se torna, por isso mesmo, quase invisível – a masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã.

O que esses estudos buscam discutir e problematizar é, exatamente, como a norma e a diferença são produzidas, que instâncias sociais estão aí envolvidas e quais são os efeitos de poder dessa produção.

Nesse sentido, Silva (2014) faz a seguinte reflexão:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (Silva, 2014, p.83).

O que uma perspectiva como esta possibilita, é compreender que tanto a normalidade quanto a diferença são social e culturalmente produzidas como tais, e que todos e todas nós participamos desse processo de produção, seja afetando ou sendo afetados/as por eles. Esses arranjos, procedimentos e normas, agem sobre todos os sujeitos e, em especial, sobre estudantes e professores/as, de modo a construí-los/as de forma diferente dos sujeitos que estão fora da escola, dando a eles/as o sentido de pertencimento à instituição.

As sociedades modernas ocidentais passaram a colocar na escolarização – e, então, nos sujeitos da escolarização – uma atenção especial, pois representou não apenas olhar para as crianças e jovens e pensar sobre formas de discipliná-los, mas também, observar – e disciplinar – aqueles que deveriam “fazer” a formação, ou seja, os/as professores/as. (Louro, 1997).

Esses mecanismos de disciplinarização, demarcam lugares, modos de ser e expressão corporal orientados por questões de sexo e gênero. Tal atravessamento do poder escolar nos corpos de estudantes, educadores/as e funcionários/as produz diariamente os corpos que vão à escola. No caso dos/as estudantes, essa produção está intimamente relacionada ao desenvolvimento das habilidades individuais e com o crescente domínio e consciência do próprio corpo. No caso dos professores e professoras, inseridos/as no contexto filosófico do dualismo, muitos/as aceitam a noção de que há uma separação entre corpo e mente.

bell hooks (2019) analisa que ao acreditar nisso, os indivíduos entram na sala de aula para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo. Chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e negação que nos tem sido passado por nossos/as antecessores/as docentes. O mundo público da aprendizagem institucional é um lugar em que o corpo tem de ser anulado, tem de passar despercebido.

Professoras e professores, como qualquer outro grupo social, se distinguem sob múltiplos aspectos, de gênero, raça, idade, classe, etnia, religião, sexualidades... Nesse sentido, seria ingênuo acreditar que por serem docentes, teriam um lugar culturalmente privilegiado para propor uma prática educativa não-sexista e ser prontamente acolhido em sua proposição. Assim como também, o fato de ser um/a docente LGBTQIAP+ não implica em dizer que se sinta ou tenha de estar obrigados/as a tratar sobre as situações de opressão que isso envolve, podendo esses/as docentes, inclusive, serem reprodutores/as de violências como LGBTfobia, machismo, misoginia, entre outras.

Sobre ter um lugar privilegiado de proposição, ficamos com a seguinte análise:

Os núcleos e grupos de estudos dedicados às questões de gênero, raça ou sexualidade, que vem há anos lutando por reconhecimento nas universidades e escolas, são uma prova eloquente das dificuldades e dos entraves que vivem os/as estudiosos/as, ainda hoje, *entre seus/suas colegas*, para terem seus projetos de disciplina ou de pesquisa admitidos e aprovados, para conseguirem salas apropriadas de reunião, acesso a financiamento de eventos ou de investigações, acolhida para indicações de compra de livros, vídeos, etc. Enfim, quase todos esses grupos experimentam e alguns continuam experimentando várias formas de guetização e de desvalorização acadêmica (Louro, 1997, p.127).

Dessa maneira, precisamos reconhecer que as iniciativas ou propostas de desestabilização dos arranjos sociais, ou de estímulo a novos arranjos, precisam contar com a formação de redes de apoio e aliança entre os sujeitos envolvidos nas práticas educativas escolares.

Sara Wagner York, professora trans da/na educação, como costuma se apresentar, falando sobre sua vivência como trans/travesti no espaço escolar, relata sobre sua experiência como docente LGBTQIAP+:

“Diante de colegas profissionais da educação, sou um exemplo de profissional que “dá problemas”, por apresentar muitas questões que problematizam o contexto hegemônico escolar, por causar desconforto em muitos grupos, por questionar a normatividade e ser alguém que ‘estaria sempre pronta para o ataque’, quando, na verdade, face a um Cistema que opera em outra mão, tudo passa a ser muito ofensivo. Não sou um exemplo de professora entre o grupo hegemônico de professores/as/xs, por questionar sempre as naturalizações.” (York, 2020, p.39-40)

Esse relato reforça o que vem sendo discutido até aqui, que todos os sujeitos e comportamentos que não se enquadram dentro da lógica binária heteronormativa, são tratados como problemas e desvios, como aponta Weeks (2019), “o ato de cruzar a fronteira do comportamento masculino ou feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) parece, algumas vezes, a suprema transgressão.”

Outro registro importante foi a fala do professor JMS, gay assumido, quando conversávamos sobre o processo de apagamento e exclusão sofrida por estudantes LGBTQIAP+ no IFBA/Jequié, *campus* onde atuou como Técnica em Assuntos Educacionais:

Não é só os alunos não, nós também sofremos isso! Quando passo por um grupo de professores no corredor, eu sinto a diferença, o silêncio, e percebo os olhares me seguindo. É muito desconfortável. (PROFESSOR JMS, 2020)

Aqui, a ausência da fala, nos indica que tão ou mais importante do que escutar o que é dito, parece ser perceber o não-dito, o que é silenciado, e aponta para a sutileza e eficiência das práticas cotidianas e rotineiras de normalização. São essas práticas, gestos, palavras e

silêncios, que devemos ter como alvos de atenção, de análise e de questionamentos. De acordo com Orlandi (1993), o silêncio é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história, mas o silêncio significativo. Nas palavras da autora, “o silêncio é preche de sentidos.”

Experiências como essas, apontam o desafio que temos pela frente ao propor uma problematização que passe pelas múltiplas e complexas combinações de gênero e sexualidades. Considerando a presença dessas dimensões em todos os arranjos escolares, e nosso próprio envolvimento nestes arranjos, fica manifesto que esta não é uma tarefa fácil.

Evidencia-se nestas situações vividas pela professora Sara W. York e pelo professor JMS, que nos processos de reconhecimento de identidades firma-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Nos exemplos acima, podemos perceber que embora este grupo de professores/as partilhem do mesmo lugar social e espaço de poder - no que se refere ao fazer profissional – o reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, não acontece.

Gênero e Sexualidades no Contexto na Educação Profissional e Tecnológica

Considerando que esta pesquisa se realiza no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), é a partir desses princípios pedagógicos, que estão profundamente comprometidos com a transformação da realidade social, que devemos forjar nossa abordagem educativa em relação as temáticas de gênero, sexualidade, trabalho e educação.

No âmbito das propostas da educação politécnica destacam-se conceitos como princípio educativo, formação integral ou omnilateral, o currículo integrado dentre outros. Esses conceitos não são meras categorias isoladas, mas sim interligadas de forma intrínseca, visando estabelecer um modelo educacional que tem como objetivo primordial promover a emancipação humana.

Ciavatta (2005, p. 2) considera que:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, refletir sobre as relações existentes entre capitalismo, patriarcado e as opressões de gênero, elucidando como o sentido histórico da

configuração do trabalho se articula com a divisão sexual do trabalho, produção e reprodução social. Reforçando o entendimento de que a compreensão das temáticas de gênero e sexualidade, estabelece uma intersecção mútua e indissociável entre dominação, exploração e alienação.

O trabalho em sentido histórico e seu princípio educativo, pode ser encarado sob três perspectivas:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (Saviani, 1989, p. 1-2, *apud* Ramos, 2008, p.6).

A instituição escolar então, também atua no sentido de lidar com as reconfigurações de poder presentes na sociedade, educando para a aceitação como naturais de certas relações estruturais opressivas, que permeiam a escola de modo mais ou menos explícito. O aspecto ideológico da escola que frequentemente encobre e perpetua relações sociais opressivas, não se restringe apenas às questões relacionadas à exploração econômica. Ele também se manifesta nas esferas de dominação de gênero e na formação das identidades sexuais. Uma prática educativa que busque romper com estes condicionamentos - sem criar outros - visando à emancipação humana, deve se atentar para a compreensão dos fundamentos do sistema produtivo, em seus variados aspectos, entre eles os de gênero e sexualidade.

Para Ivan Pedroso (2019, p. 25):

Conscientizar sobre o contexto histórico das técnicas produtivas, mas sem analisar o modo como as mulheres foram historicamente subjugadas à autoridade masculina e a sexualidade submetida a rigorosas normatizações, naturalizando a heteronormatividade de modo intimamente relacionado à expansão do lucro e manutenção da propriedade privada é propor o rompimento com a dualidade e fragmentação de modo parcial, e por isso também fragmentado e insuficiente para a concretização de uma educação realmente politécnica, em suas múltiplas e diversas esferas.

Dessa maneira, conceitos relativos à EPT, como o trabalho como princípio educativo, dualidade educacional, formação integral, abordagem politécnica, integração curricular, que estão articulados entre si, na proposta de uma educação emancipadora, também se

encontram articulados com gênero e sexualidade, na medida em que a busca por uma formação integral não pode ser realizada desconsiderando esta temática, sob pena de propor a liberdade reproduzindo as relações de submissão.

Tendo isso em vista essa forma de conceber o ser humano e o processo educativo, propostos pelos Institutos Federais, reflete uma dada concepção de mundo e compromisso político, que contribui para formação de sujeitos comprometidos politicamente com a construção de uma sociedade mais justa e engajada com o enfrentamento das questões das desigualdades sociais, em que a defesa de uma escola plural e democrática passa pelo compromisso com a valorização das diferenças, entendendo que as disputas, as tensões e os conflitos são oportunidades de enfrentar uma postura ingênua “de que todos são iguais”.

É preciso atenção para os processos de subordinação e hierarquização, presentes na escola, entre os sujeitos e as práticas sexuais, que incluem ou excluem pessoas e grupos sociais. Esse debate pode ser uma oportunidade de pensar “de um modo renovado, não só a educação, mas a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e estar no mundo”. (Louro, 2013).

Para reposicionar o lugar das discussões sobre gênero e sexualidade na escola, assumimos uma compreensão de educação como prática social (FREIRE, 2005), um movimento de crítica ao modelo de educação que perpetua as desigualdades na sociedade contemporânea a partir de hierarquizações e classificações que criam mecanismos de subalternização, opressão e exclusão. Está aí uma enorme importância da escola se construir democraticamente, dando passagem a variados modos de ser, existir, estudar, ensinar, aprender e se relacionar com os saberes.

Conforme observado por hooks, “um ensino que permita as transgressões um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática de liberdade”. (hooks, 2019).

Docentes Lgbtqiap+ da Escuta Necessária à Produção De Saberes

Como dito inicialmente, no levantamento e análise dos periódicos/revistas da EPT, investigados, não encontramos produções acadêmicas que relacionassem as questões de gêneros, sexualidades, trabalho e educação, realizando a discussão com o foco no/a docente LGBTQIAP+. Essa etapa do estudo foi realizada ao longo do ano de 2022-2023. A pesquisa em sua integralidade, já foi avaliada e obteve aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa¹. Neste

artigo, apresentamos um recorte do estudo, com foco na revisão de literatura, a partir do levantamento da produção acadêmica em periódicos de EPT, geridos pelo IFs, primando a temática de gênero e sexualidades, a partir das narrativas docentes.

De acordo as informações do Portal do MEC, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sendo que os respectivos *campi* associados a essas instituições federais, tem 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Diante disto, estabelecemos alguns critérios para seleção dos periódicos que analisamos.

Nas regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-oeste, contemplamos 1 Instituto Federal por região geográfica, aderindo aos critérios de antiguidade dos *campi* e abrangência dos periódicos. Na região Sudeste contemplamos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-IFES, por ser a sede que abriga a coordenação nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional em rede nacional, contexto de realização desta pesquisa.

Na região Nordeste, além de contemplar os *campi* seguindo o critério estabelecido para região, também contemplamos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA, por ser o *locus* desta pesquisa. Dessa forma, foram contemplados os seguintes Institutos Federais: Região Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR; Região Sudeste: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES; Região Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM; Região Nordeste; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA; Região Centro-Oeste: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – IFMT.

Inicialmente pensamos como critério para o levantamento, analisar apenas os periódicos/revistas específicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mas esbarramos em outro problema: a limitação de periódicos/revistas exclusivos da EPT, mesmo os IFs sendo mantenedores de um programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Dessa maneira, nos IFs que não tinham periódicos exclusivos da EPT, analisamos os periódicos multidisciplinares.

Docentes Lgbtqiap+ no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Da escuta necessária à Produção de saberes

Ao todo, foram 7 revistas/periódicos analisados sob o aspecto da discussão da qual trata esta pesquisa. Das instituições selecionadas contemplando as 5 regiões geográficas, apenas 2 Institutos Federais têm revista específica da EPT, a saber, o IFES e o IFRN.

Tabela 1. Quadro das revistas/periódicos analisados:

Instituto Federal	Revista	Volumes publicados	Publicações sobre gênero e sexualidade	Publicações com foco no/a docente LGBTQIA+
IFRN	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	22	17	00
IFBA	Ensino em Foco	08	00	00
	Revista Pindorama	13	06	00
IFES	Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista (EPT em Revista)	14	01	00
IFSC	Revista Técnico Científica do IFSC	16	03	00
IFAM	Revista EDUCITEC	17	03	00
IFMT	Revista Prática Docente	15	00	00

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Na Tabela 2, em que consta a produção acadêmica levantada, é possível visualizar que, dos artigos encontrados, nenhum trata sobre a questão de gênero e sexualidade com foco nas vivências e narrativas LGBTQIA+ de docentes, assim como não ocorre essa discussão, no contexto da EPT. Embora as temáticas discutidas nos artigos sejam necessárias para a desconstrução da do padrão cultural heteronormativo, ainda estão invisibilizados/as, os corpos dissidentes e os desafios enfrentados por esses/as sujeitos/as docentes, que estão à margem do que é considerado “normal” de acordo com os valores reproduzidos, também, pela escola.

O artigo *Questões de gênero na formação de professores em nível médio técnico*/Castro, J. C.; Amorim, M. A, da revista (RBEPT), mobiliza a discussão de gênero com direcionamento às/aos docentes, em contexto de EPT privada, entretanto, o objetivo está na instrumentalização e formação continuada daquelas docentes, no trabalho, em relação às questões de gênero, a partir dos aspectos de educar para as relações de gênero na escola.

Nesse sentido, não há estudos nos achados, que relatem pesquisas focalizadas na temática e objeto de estudo movimentados por esta investigação. Assim, como que saberemos se há e quais são os dispositivos pedagógicos utilizados por docentes (se querem/fazem), no exercício da profissão para subverter os discursos dominantes da heteronormatividade na sala de aula e na convivência entre os pares? E, quais suas percepções sobre violências e silenciamentos vivenciados no cotidiano escolar, no espaço da educação profissional e tecnológica? E ainda, como as opressões vividas enquanto estudante nesse espaço, interferem e de que forma se dá essa interferência na prática enquanto professores/as.

Tabela 2. Produção acadêmica encontrado

Instituto Federal	Revista	Publicações sobre Gênero/Sexualidade Título/Autoria	Publicações com foco no/a docente LGBTQIA+
IFRN	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática / Inocêncio, J. V.; Garzoni, I. C.; Marcusso, M. F 2. Erotizar o currículo e (re)integrar as sexualidades na Educação Profissional e Tecnológica /Maia, R. N.; Lima Neto, A. A 3. Questões de gênero na formação de professores em nível médio técnico /Castro, J. C.; Amorim, M. A 4. Afirmção e contestação de gênero nas escolas de Ensino Médio Profissionalizantes/Depoilly, Séverine. 5. Educação sexual: o bode-expiatório dos currículos escolares franceses. Um “campo minado” para o estado / Auwel, F.; Gleyse, J. 6. A live como ferramenta de divulgação científica de produtos educacionais de formação para a diversidade sexual e de gênero na Educação Profissional e Tecnológica /Silva, F. S.; Brito, L.L. 7. Afirmção e contestação de gênero nas escolas de Ensino Médio Profissionalizantes. / Depoilly, Séverine. 8. Educação sexual: o bode-expiatório dos currículos escolares franceses. Um “campo minado” para o estado /Auwel, F.; Gleyse, J. 9. Educação profissional e tecnológica sob uma perspectiva de gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil/ Araujo, E. R.; Oliveira, J. C. P. 10. Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais/ Nogueira, N. M.; Cavalcanti, N. C. S. B; Cavalcante 11. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica/Gemaque, R. dos S.; Cavalcanti, N. C. S. B; Jesus, J. G. 	00

Docentes Lgbtqiap+ no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Da escuta necessária à Produção de saberes

		<p>12. Programa de Inclusão e Diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica/ Camargo, Daniel.</p> <p>13. Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais de sexo e o mundo do trabalho/ Bicalho, F. E. T .</p> <p>12. A Educação Profissional e Tecnológica como ferramenta de inclusão social de mulheres vulneráveis /Schmitt, A. R. V.</p> <p>13. Além-mar: Estudos franco-brasileiros sobre sexo, gênero e sexualidade na educação profissional/Bezerra, D. S; Gemaque, R. S.; Maia, R. N.</p> <p>14. Como conseguir um emprego? Dilemas encontrados pela população LGBTQI+ /Sousa Junior, P. T. X</p> <p>15. Estarão as (os/es) Profissionais da Psicologia Preparadas (os/es) para o Atendimento de Pessoas Trans? / Bonato, C. F</p> <p>16. Gênero, sexualidade e protagonismo juvenil: relato de uma experiência no CEFET-RJ /Valença, R. C. Carvalho, K. L.</p> <p>17. Cientistas negras na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo no IFBA /Celiane Costa Conceição; Luzia Matos Mota</p>	
	Ensino em Foco	00	00
IFBA	Revista Pindorama	<p>1. A interface gênero, educação e trabalho/Maria Emília dos S. Gonçalves</p> <p>2. ESCOLA QUEERSTIONADORA: Por um currículo que problematize as supostas estruturas binárias de gênero e sexualidade/ Graziela Pinho Rezende</p> <p>3. Ações afirmativas em gênero e diversidade no currículo da Educação Profissional e Tecnológica – EPT: Uma discussão pós-colonial/ Silas Lacerda dos Santos, Georgia Bulian Souza Almeida</p> <p>4. As representações de gênero e adultocentrismo na literatura infantil: Um olhar a partir dos Estudos Culturais/João Fernando de Araújo, Adrielen Amancio da Silva, Nathália Martins Beleze</p> <p>5. Necropedagogia da crueldade: As masculinidades tóxicas e seus reflexos em corpos vulneráveis/Rozemberg Guimarães Silva, Alexandre Osaniiyi</p> <p>6. Discurso de masculinidade e feminilidade presentes no curso de engenharia civil do IFBA- Campus Eunápolis/ Beatriz Leal Tamandaré, Flaviane Ribeiro Nascimento, Ivanildo Antônio dos Santos, Letícia Martins Freitas Rocha</p>	00
IFES	Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista (EPT em Revista)	<p>1. A Institucionalização Do Núcleo De Estudos E Pesquisas Em Gênero E Sexualidade No IFNMG: Relatos De Experiência / Ana Paula Quintino Rocha; Maria Aparecida Colares Mendes</p>	00

IFSC	Revista Técnico Científica do IFSC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relações De Gêneros: (Des)Construindo Conceitos A Partir Dos Códigos Penais De 1890 E 1940 /Jéferson Luis de Azeredo, Jhonata Goulart Serafim 2. Psicologia E Transtorno De Identidade De Gênero/ Angela Maria Benedet, Cleni Almeida, Ieda Maria Machado, Samantha Sara Nehls, Sirlene Ribeiro 3. Processo Educacional Na Academia De Polícia Civil De Santa Catarina: Mulheres Policiais E Relações De Gênero /Maria Aparecida Casagrande 	00
IFAM	Revista EDUCITEC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugestões para abordagem de temas relativos à Sexualidade Humana nos anos iniciais do ensino fundamental/Adriano Santos de Mesquita; Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo 2. Compreensões de professoras dos anos iniciais sobre sexualidade humana no contexto do letramento científico/Adriano Santos de Mesquita 3. A discussão de gênero e sexualidade nas Histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos na formação integral /Michele Rodrigues Teixeira; Nemésio Freitas Duarte Filho 	00
IFMT	Revista Prática Docente	00	00

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Embora compreendamos a escola como um ambiente aberto às diversidades e a sua defesa, o ambiente escolar tende a reproduzir normas discriminatórias em relação aos comportamentos que fogem aos padrões heteronormativos de gêneros e sexualidades, mesmo para aqueles/as que estão em uma situação de poder, o que torna este debate não apenas necessário, mas urgente.

Considerações finais

Na escola, indivíduos que escapam da sequência heteronormativa e não consegue ocultá-la, arriscam-se a serem postos à margem das preocupações centrais de uma educação supostamente para todos/as (Butler, 1999). Conseguimos perceber esse movimento quando falamos do/a aluno/a, no entanto, precisamos conhecer como essas relações acontecem quando se trata do/a docente LGBTQIAP+.

Ao fim do levantamento realizado algumas questões nos inquietam: como esse sujeito se constrói e como suas experiências escolares interferem nesse processo? Quais efeitos têm os discursos escolares sobre as sexualidades nos sujeitos cuja sexualidade é dita entre aspas? Se entendemos a escola como um espaço privilegiado na formação dos sujeitos, de reprodução dos discursos dominantes da heteronormatividade, mas também de resistência, como se constitui e se reproduz a identidade do/a docente LGBTQIAP+ diante dos desafios

vivenciados no cotidiano da escola? Como os sujeitos LGBTQIAP+ narram a si mesmos e como essa narrativa rememora e significa a experiência escolar?

O percurso que buscamos percorrer tem como horizonte saber desse/a outro/a a partir de sua experiência, por este motivo, a outra etapa desta pesquisa, consiste em conhecer, compreender e analisar as narrativas desses/as docentes, a partir de uma metodologia científica do rigor sensível.

As narrativas (saberes) dos sujeitos LGBTQIAP+ podem contribuir na percepção das fissuras do discurso da diversidade, que pretende ser universal e que, no entanto, pouco contém das vozes dos seus representantes. Estudar e investigar a construção de seus percursos de vida (escuta), torna-se um exercício importante para que se possa compreender as relações que se estabelecem entre suas construções enquanto indivíduos e suas ações profissionais.

E ainda, considerando a base conceitual e epistemológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por uma formação integral e omnilateral das pessoas, é de relevante necessidade compreender os processos pedagógicos (en)desenvolvidos no contexto da EPT, para garantir práticas contra- hegemônicas de educação, que contemplem as questões de diversidade sexual e de identidade de gênero de docentes.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 19, n. 2. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 17 jun, 2025.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: a subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. ISSN 1808 – 799X. ano 3, número 3. 2005.

ClAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 265, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018, 56.^a edição.

HOOKS, Bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** (org.). 4. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

IFBA. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA**. Salvador, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação** (org.). 9. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes.; NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11-28.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**, Unicamp, Campinas, 1993.

PEDROSO, Ivan. **Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. IFSP, São Paulo, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 42 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.12, n.32, p. 152-180, jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**.15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** (org.). 4. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd. UERJ. Rio de Janeiro, 2020.

Nota

ⁱ CEP – IFBA – CAAE: 70103323.4.0000.5031

Sobre as autoras

Douriene Fraga Amorim Lopes

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional – PROFEPT-IFBA; Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia (UESB) campus de Jequié. Técnica em Assuntos Educacionais – IFBA – Jequié. E-mail: douriene.fraga@ifba.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7169-511X>

Mariana Fernandes dos Santos

Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Mestre em Estudo de Linguagens. Possui licenciatura em Letras e em Pedagogia. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA. Docente Permanente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do IFBA e do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais -PPGER - UFSB). E-mail: mariana.santos@ifba.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2296-3767>.

Recebido em: 02/06/2025

Aceito para publicação: 20/06/2025